

## **Contextualização e desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela**

Em 2003, o Município de Palmela tomou a decisão de proceder à revisão do seu Plano Diretor Municipal, tendo como base a avaliação decorrente do REOT de Palmela - Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Palmela.

Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril, havia sido publicado o PROT-AML - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, tornando-se também necessário proceder à compatibilização do PDM de Palmela com aquele novo Instrumento de Gestão Territorial.

Nestas circunstâncias a Câmara Municipal de Palmela deu início ao concurso público para a Revisão do PDM, tendo este trabalho sido adjudicado já em 2004.

Numa visão prospetiva foram desde esse momento fixados objetivos gerais para esta revisão, orientados no sentido de:

Uma economia forte;

Um território organizado;

Uma sociedade coesa;

Um sistema urbano moderno;

Um meio ambiente como fator de bem-estar e oportunidade;

Uma região internacionalizada;

Uma região bem ligada interna e externamente.

Entre 2004 e 2006, foram desenvolvidos e finalizados os primeiros Relatórios relativos à Caracterização e Diagnóstico do Concelho, aos Cenários de Desenvolvimento, à Estratégia de Desenvolvimento, e aos Complementos do Relatório de Caracterização.

Desde a finalização dos documentos acima mencionados, tem vindo a ser desenvolvida a proposta preliminar do PDM, a qual tem estado sujeita a diversos impasses, face ao contexto territorial no qual o concelho se insere, nomeadamente às mudanças sistemáticas e surgimento de nova legislação, assim como à indefinição quanto ao desenvolvimento e implementação de empreendimentos e infraestruturas de nível nacional e regional com incidência direta ou indireta no Concelho de Palmela.

Tendo em conta os aspetos já referidos, identificam-se de forma pontual e cronologicamente, quer por um lado os principais momentos, direta ou indiretamente relacionados com o processo de revisão do plano, quer por outro, as principais etapas ou momentos assinaláveis do processo de elaboração desta revisão.

### **Acontecimentos mais relevantes com interferência no processo de Revisão do PDM de Palmela**

#### **1997**

PDM em vigor: Aprovado pela Assembleia Municipal de Palmela em 1996. Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/97, de 10 de abril. Publicado em 9 julho de 1997.

#### **2002**

Publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril que aprova o PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

**2005**

Aprovado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, 23 de junho, o POPNA – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.

**2006**

Aprovação do PROF-AML – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa por publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2006, de 19 de outubro.

Apresentação do Portugal Logístico, com a notícia da criação da principal Plataforma Logística Nacional no Poceirão.

**2007**

Publicação do Regulamento Geral do Ruído – Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro Publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (transposição de diretiva comunitária), estabelecendo o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (Avaliação Ambiental Estratégica).

**2007/2008**

Terceira Travessia do Tejo Chelas-Barreiro e opção do corredor alternativo sul junto ao Pinhal Novo.

Decisão da localização do NAL nos terrenos do Campo de Tiro de Alcochete na proximidade imediata do limite norte do concelho de Palmela.

**2008**

Aprovado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 10 de julho, o PORNES – Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Alteração ao Regime Jurídico da REN: Decreto-Lei n.º 166/08, de 22 de agosto; Portaria n.º 1356/08, de 28 de novembro (usos e ações compatíveis).

Conclusão pela NAER do Plano Diretor no Novo Aeroporto de Lisboa (NAL).

**2008/09**

Início do processo de Alteração do PROT-AML.

**2009**

Alteração do Regime Jurídico da RAN: Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março.

Publicação dos Decretos-Regulamentares n.º 9, 10 e 11, de 29 de maio, relativos respetivamente aos conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, à cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, aos critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como aos critérios e às categorias de qualificação do solo rural e urbano.

**2010**

Declaração de Impacte Ambiental para o NAL.

## **2011**

Anúncio do estudo de prolongamento do funcionamento do aeroporto da Portela até 2020/2021 implicando um atraso de pelo menos 2 a 3 anos na data prevista para a entrada em funcionamento do NAL.

## **2012**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro – Estabelece as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional para a delimitação das tipologias da REN.

Republicação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional - Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro – 1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

Despacho n.º 15682/2012, de 10 de dezembro – Cria a obrigatoriedade da realização do Plano Setorial de Prevenção e Redução de Riscos com implicações ao nível da cartografia temática dos PDM's.

## **2014**

Na sequência da conclusão do Relatório Final sobre as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA) foi comunicada pelo Conselho de Ministros de 3 de abril a aprovação do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas para o Horizonte de 2014 – 2020 que veio reconfigurar o anterior quadro das grandes infraestruturas e projetos previstos para a AML em Palmela, nomeadamente sobre o novo aeroporto de Lisboa, a rede ferroviária de bitola europeia, a rede de autoestradas e a rede de plataformas logísticas.

Publicação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

Republicação do Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho (Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro) que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, aplicando-se a toda a cartografia topográfica, temática de base topográfica e hidrográfica.

## **2015**

Publicação do Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do Solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional (Revoga o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio).

Publicação do Regime Jurídico da Estruturação Fundiária - Lei n.º 111/2015, de 27 de Agosto.

Publicação do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro - Primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

**2016**

Publicação da Portaria n.º 219/2016, de 9 de agosto que fixa a superfície máxima resultante do redimensionamento de explorações agrícolas com vista à melhoria da estruturação fundiária da exploração e a unidade de cultura.

**2017**

Publicação do Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de julho, que Altera o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal.

Publicação da Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, que altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho)

Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Lei n.º 74/2017 de 16 de agosto.

### **Cronologia das etapas mais relevantes do processo de Revisão do PDM de Palmela**

**2003**

Conclusão e Inquérito público do Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Palmela (REOT).

Abertura do período de Discussão Pública para Revisão do PDM de Palmela (Aviso n.º 3935/2003, de 19 de maio, publicado no Diário da República, II Série, n.º 115, Apêndice n.º 76, de 19 de maio de 2003).

Deliberação da Câmara Municipal de Palmela (CMP) relativa à Abertura de Concurso Público Internacional para a Revisão do PDM de Palmela (Diário da República, III Série, n.º 229 , 3 de outubro de 2003).

---

**2004**

Assinatura do contrato de adjudicação com a empresa consultora CISED Território.

1.ª Reunião da Comissão Mista de Coordenação.

1.ª Jornadas do PDM de Palmela.

Relatório da 1.ª fase (Volumes I e II) – Diagnóstico prospetivo.

Relatório da 1.ª fase (Volume III) – Análise SWOT, Cenários de Desenvolvimento e Base da Estratégia Municipal.

---

**2005**

Parecer dos Serviços Técnicos da CMP.

Relatório da 2.ª fase – Pré-Proposta do Modelo de Ordenamento.

2.ª Reunião e Parecer da Comissão Mista de Coordenação / CCDR.

---

**2006**

Conclusão do Mapa de Ruído do Município (situação existente).

Relatório da 1.ª fase – Diagnóstico prospetivo – 1.ª Revisão.

Parecer dos Serviços Técnicos da CMP.

Relatório da 1.ª fase – Diagnóstico prospetivo – 2.ª Revisão.

---

**2007**

3.ª Reunião da CMC e parecer da CCDR relativo ao Relatório da 1.ª fase – Diagnóstico Prospetivo admitindo o prosseguimento do processo de elaboração da Revisão do PDM.

Adjudicação da adaptação do Mapa de Ruído à nova legislação (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro) à empresa DbLab.

Medidas Preventivas para as várias alternativas de corredores da Rede Ferroviária de Alta Velocidade - eixo Lisboa/Madrid.

Conclusão do Mapa de Ruído do Município de Palmela (situação existente) em conformidade com a legislação recente.

---

**2008**

Jornada de Reflexão sobre o Município de Palmela – Realização de 4 sessões temáticas sobre os principais projetos estruturantes propostos para o Município de Palmela.

Adjudicação da Rede Natura 2000 do Município à empresa AFLOPS Associação de Produtores Florestais.

Protocolo de colaboração com o Instituto Superior Técnico para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do Município de Palmela.

Conclusão do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão no âmbito da AAE.

---

**2009**

Medidas Preventivas para o corredor da Rede de Ferroviária de Alta Velocidade - eixo Lisboa/Madrid, para a alternativa selecionada (junto ao limite urbano norte de Pinhal Novo).

*Workshop* sobre AAE e desenvolvimento sustentável no Município de Palmela.

Fórum Palmela XXI – Conferências sobre a Estratégia de Desenvolvimento e

Intervenção no Município de Palmela sobre as Propostas de Revisão do PDM.

Conclusão do 1.º Relatório de Avaliação de Opções Estratégicas no âmbito da AAE.

---

**2010**

Conclusão da proposta de Rede Natura 2000.

Conclusão da proposta de Delimitação da RAN Bruta.

Conclusão da proposta de Delimitação da REN Bruta.

Concertação com a CCDR-LVT ao nível da proposta de revisão do PDM das áreas e corredores estruturantes secundários e das áreas vitais da Rede Ecológica Metropolitana (REM) no âmbito da Proposta de Alteração do PROT-AML.

Apresentação de proposta de Delimitação da REN Bruta e pedido de parecer à CCDR-LVT.

Aprovação pela Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT) da proposta de delimitação da RAN Bruta.

---

**2011**

Deliberação da CM de Palmela da Proposta de Delimitação da RAN Final e de 158 exclusões (1ª Versão), apresentação e pedido de parecer à DRAP-LVT.

---

**2012**

Parecer (prévio) da DRAP-LVT sobre propostas de exclusão à RAN Bruta, subdividindo-as em situações favoráveis, favoráveis condicionadas e desfavoráveis.

Apresentação pela CM de Palmela de nova Proposta de RAN Final e de 48 exclusões (2ª versão).

Parecer (prévio) da DRAP-LVT sobre a segunda versão, mantendo-se genericamente o parecer anterior, limitando a concretização de algumas propostas de ordenamento do Município.

Apresentação de uma terceira versão à Entidade Nacional da Reserva Agrícola Nacional (ENRAN), como forma de "desbloquear" um conjunto de propostas de exclusão importantes para o Município.

---

**2013**

Enviada pela ENRAN ata da reunião realizada entre a ENRAN, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e DRAP-LVT, da qual resultou a manutenção maioritária do anterior parecer da DRAP-LVT (2ª versão).

Reunião de apresentação e concertação com a DRAP-LVT relativamente à proposta de RAN Final e de 41 exclusões (quarta versão).

Parecer da DRAP-LVT relativamente às propostas de exclusão à RAN sobre as quais persistia parecer condicionado ou desfavorável. Do conjunto de 29 situações foram enquadradas 15, subsistindo ainda alguns casos que deverão ser ponderados ainda no âmbito da Comissão de Acompanhamento (CA) da revisão do PDM.

Conclusão do Mapa de Ruído Previsional do Município de Palmela pela empresa DbLab.

Despacho de resolução (rescisão) do contrato com a empresa Ambi&Veritas, consultora para a redelimitação da REN municipal, por falência desta.

Aquisição de Cartografia Oficial atualizada à escala 1:25.000 ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), atual Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE).

---

**2014**

(Re)adjudicação da conclusão do processo de redelimitação da REN Bruta municipal às equipas consultora da Universidade de Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (CEG) e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT).

Entrega do relatório da tipologia de Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo da delimitação da REN Bruta.

Entrega do relatório relativo à tipologia de Áreas de Instabilidade de Vertentes da delimitação da REN Bruta.

Entrega do relatório relativo à tipologia de Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquífero da delimitação da REN Bruta (primeira versão).

Entrega do relatório e proposta final da REN Bruta do Município de Palmela (sujeita a críticas e alterações).

Reavaliação, reformulação e entrega de nova proposta, de acordo com uma nova metodologia, de delimitação da tipologia de Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquífero (segunda versão).

Resolução (rescisão) do contrato por mútuo-acordo com o consórcio de empresas CISED Território, CISED Consultores e SULPLANO, relativamente à elaboração da Revisão do PDM de Palmela.

**2015**

Reunião de apresentação do ponto de situação dos trabalhos da Revisão do PDM de Palmela à equipa técnica da CCDR-LVT, seguida de uma visita a alguns locais do Município.

Adjudicação da elaboração da Cartografia de Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos do Município de Palmela ao CEG e IGOT.

Adjudicação da conclusão do relatório de Revisão do PDM de Palmela à empresa consultora Bruno Soares, Arquitectos.

Adjudicação de assessoria à empresa consultora Jorge Afonso Carvalho, Urbanistas para elaboração do Regulamento do PDM de Palmela.

Deliberação da CMP para (re)nomeação da Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDM de Palmela.

Apresentação da Proposta de Delimitação da REN Bruta e pedido de parecer à CCDR-LVT.

Publicação do Aviso n.º 4556/5 de 28 de abril no Diário da República, constituindo a nova Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDM de Palmela.

Entrega do relatório pela empresa consultora Bruno Soares, Arquitectos.

Insistência de pedido de parecer à CCDR-LVT relativo à Proposta de Delimitação da REN Bruta.

1.ª Reunião da CA.

---

**2016**

Visita dos membros da CA ao concelho.

Concertação da Delimitação da REN Bruta com a CCDR-LVT.

Reformulação do relatório da REN Bruta face ao determinado na concertação com a CCDR-LVT.

Criação de uma plataforma colaborativa pelo Município tendo em vista a disponibilização de documentos aos membros da CA.

Adjudicação de assessoria à empresa consultora Jorge Afonso Carvalho, Urbanistas para conclusão de elaboração do Regulamento e do Programa de Execução e Financiamento do PDM de Palmela.

Aprovação pelo ICNF do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PIDFCI) integrando área do Município de Palmela.

Revisão e atualização do Relatório sobre Projeções Demográficas.

Reformulação e adequação da proposta de plano, face às disposições decorrentes do novo RJIGT ao nível das categorias de uso do solo rústico e urbano, nomeadamente a delimitação das áreas de edificação dispersa.

Adequação da proposta de Estrutura Ecológica Municipal face à Rede Ecológica Metropolitana do PROTAML em vigor e às categorias do solo rústico e urbano.

Reformulação da estrutura e hierarquia da rede de acessibilidades rodoviária face ao contexto de suspensão ou adiamento de um conjunto de grandes projetos e investimentos anteriormente anunciados (Novo Aeroporto de Lisboa, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, Terceira Travessia do Tejo, etc).

---

## 2017

Transposição da cartografia de risco e de perigosidade de incêndio florestal elevado e muito elevado, das zonas percorridas por incêndio e das faixas de gestão de combustível, decorrentes do PIDFCI.

Elaboração do Relatório de Programação de Equipamentos.

Adjudicação de assessoria com empresa consultora Jorge Afonso Carvalho, Urbanistas para conclusão da proposta de revisão do PDM.